

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 18/05/2015

- [Estudo mostra redução de recursos para combate à exploração de crianças no Ceará](#)
- [Oscar estudantil estimula produção audiovisual em escolas do país](#)
- [Especialistas dizem que combate à exploração sexual esbarra na invisibilidade](#)
- [Filme mostra as diferentes formas de brincar em diversas regiões do país](#)
- [Depoimentos especiais ajudam a combater crime sexual infantil](#)
- [Campanhas de mobilização contra a exploração sexual no Grande Recife](#)
- [Nem todo pedófilo é um abusador sexual](#)

Assunto: Estudo mostra redução de recursos para combate à exploração de crianças no Ceará

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 18/05/2015



O princípio constitucional da prioridade absoluta para crianças e adolescentes vem sendo deixado de lado no estado do Ceará o que tem atingido as políticas de enfrentamento à exploração sexual, na avaliação da assessora jurídica do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca Ceará), Nadja Bortolotti. De pioneiro na elaboração do Plano Estadual de Enfrentamento ao Abuso e à Violência Sexual, o estado passou a reduzir recursos e até mesmo a excluir alguns programas nas leis orçamentárias anuais.

“O que vemos, atualmente, principalmente desde 2010, é que parece que o tema da exploração sexual voltou para a esfera da invisibilidade, como ocorria no início dos anos 1990. Autoridades públicas dão a entender que a exploração sexual de crianças e adolescentes não existe mais, que já foi superada. Isso ocorre em contraponto a dados existentes e a uma realidade que está a olhos vistos quando passamos pela orla ou quando passamos pelas BRs”, disse.

“Esse não reconhecimento do problema como algo importante e grave se reflete no orçamento público, justificando o pouco investimento e uma baixa execução dos recursos”, analisa a assessora jurídica do Cedeca.

O Cedeca realizou, em 2014, o Monitoramento da Política de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual. No estudo, há um capítulo dedicado à análise dos recursos públicos voltados ao enfrentamento dessa questão. Entre 2010 e 2012, é possível observar não só a

baixa execução das ações no âmbito estadual, mas também a exclusão de algumas dessas iniciativas de um ano para outro.

Um exemplo é a rubrica Reaparelhamento e Modernização da Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) e Delegacia de Combate à Exploração de Criança e Adolescente (Dececa) que, em 2010, tinha R\$ 250 mil disponíveis. Entretanto, nenhum recurso foi executado. Em 2012 e 2013, a rubrica saiu dos orçamentos e não aparece nas leis orçamentárias anuais de 2014 e de 2015, disponíveis no Portal da Transparência do governo do estado.

Em nota, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), responsável pelas políticas de combate à exploração sexual, afirmou que a reforma financeira feita pelo governo do estado do Ceará vem sendo tratada de forma satisfatória, “sem prejuízos aos projetos que vêm sendo executados pela pasta”.

No âmbito municipal, as políticas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes são executadas por meio da Rede Aquarela, gerida pela Fundação da Criança e da Família Cidadã (Funci). Comparando o monitoramento feito pelo Cedeca com a Lei Orçamentária de Fortaleza para 2015, as verbas destinadas para a rede tiveram um aumento de 27% - passou de R\$ 1,01 milhão para R\$ 1,3 milhão.

Os recursos também são maiores que os de 2013, quando foram destinados R\$ 911,2 mil para a Rede Aquarela. A execução desse orçamento, no entanto, foi de apenas 4,19%.

A presidente da Funci, Tânia Gurgel, explica que o orçamento de 2015 é “factível” e que, além desses valores, a fundação atua em parceria com outras pastas. “Fazemos um trabalho conjunto com a saúde e a educação, por exemplo, pois todas elas têm um recorte nessa questão.”

A capital do estado do Ceará foi apontada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual da Câmara dos Deputados como segunda rota de turismo sexual no Brasil, atrás somente do Rio de Janeiro. O panorama foi ampliado pela CPI da Câmara dos Vereadores de Fortaleza, que apontou 74 pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade, abrangendo tanto locais turísticos como a periferia e envolvendo não só turistas, mas a própria população local.

Em conjunto com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) do governo do estado, a Funci deu início à campanha em alusão ao Dia de Enfrentamento ao Abuso e à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, lembrado hoje (18), com abordagens em áreas estratégicas da cidade para conscientizar as pessoas sobre o problema. “Queremos mostrar que a violência contra crianças e adolescentes faz mal para qualquer sociedade”, afirma Tânia.

Assunto: Oscar estudantil estimula produção audiovisual em escolas do país

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 18/05/2015



O Festival Internacional Estudantil de Cinema inicia a sexta edição no próximo dia 24, no município de Barra do Piraí, centro sul fluminense. Este ano, 20 escolas públicas e privadas participam da mostra local. Para a categoria nacional, foram selecionados dez filmes. Na internacional, devem ser exibidas, pelo menos, três produções da Inglaterra e uma da Argentina, feitas por jovens estudantes, com exibição anterior em festivais estrangeiros de cinema.

Braço educacional do Polo Audiovisual de Barra do Piraí, o festival promove o intercâmbio entre estudantes do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, de todo o mundo por meio das exibições. No total, nos últimos cinco anos, foi feita a exibição de 78 filmes na mostra local, 50 filmes na mostra nacional e 25 filmes na competição internacional. Não há tema definido para as produções.

Na mostra municipal, a produção dos curta-metragens é precedida por oficinas de arte para os professores, que aprendem a técnica de produção e podem repassar o conteúdo aos alunos. “Uma vez terminada a filmagem, a Mauá Filmes leva para as escolas os seus equipamentos e eles executam a filmagem”, explicou o cineasta Robson Monteiro, da produtora audiovisual Mauá Filmes, com sede no Brasil, na França e nos Estados Unidos, parceiro operacional do projeto.

As películas devem ter, no máximo, 20 minutos. Os três primeiros lugares de oito categorias serão premiados. Entre os quesitos estão melhor roteiro, melhor direção, melhor atriz, melhor ator, melhor filme júri popular e melhor filme júri técnico. As três melhores escolas que participam da mostra local também recebem troféus. Na mostra competitiva nacional, o melhor filme é premiado com R\$ 2 mil, além de troféu.

O festival é conhecido como o Oscar Estudantil Brasileiro, o que contribui para aumentar a autoestima dos estudantes da cidade. “Era uma cidade que até o terceiro ano desse festival nem cinema tinha”, observou Robson Monteiro.

O projeto costuma reunir em torno de 3 mil pessoas na Praça Nilo Peçanha, no centro da cidade, para a apresentação de cada filme. Muitos expectadores levam cadeiras de casa para as sessões. Além da prefeitura de Barra do Piraí, por meio da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico, e da Mauá Filmes, a Reluz Logística Reversa é parceira também do projeto. O festival se estenderá até o dia 30 deste mês.

Robson Monteiro destacou que o festival é uma importante ferramenta educacional, pois o evento trabalha diretamente com os professores, para que eles usem a técnica audiovisual

dentro das escolas. “Eles [professores] estão utilizando isso de uma forma maravilhosa, que têm obtido muitos resultados positivos. O mérito é todo dos professores.”

Assunto: Especialistas dizem que combate à exploração sexual esbarra na invisibilidade

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 18/05/2015



O combate à exploração sexual de crianças e adolescentes passa, antes de tudo, pela necessidade de reconhecimento do problema, avaliam especialistas ouvidos pela Agência Brasil. Com a chegada de centenas de trabalhadores a cidades que recebem grandes obras e empreendimentos, os casos de violação se tornam mais frequentes e complexos, mas precisam ganhar visibilidade para ser enfrentados.

Na região metropolitana de Fortaleza, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), localizado em São Gonçalo do Amarante, vem crescendo com a construção, nos últimos anos, da Usina Termelétrica Energia Pecém e da Companhia Siderúrgica do Pecém. Com as obras, as cidades do entorno (além de São Gonçalo do Amarante, Caucaia e Paracuru) assistem à chegada de novos moradores (funcionários das empresas do complexo, muitos oriundos de outros estados) e o fenômeno da exploração começa a ficar mais evidente.

“Uma questão muito difícil é a da cultura que pensa a exploração sexual como algo normal, rentável e, por isso, aceitável, como se não fosse uma violência. As famílias, às vezes, deparam com os trabalhadores da área 'namorando' suas filhas e não percebem algumas relações de violência sexual que se dão nesse processo ou, se percebem, não pensam em como denunciar”, relata o articulador institucional da Associação Barraca da Amizade, Marcos Levi Nunes.

Um reflexo da invisibilidade desses casos é o fato de o município de Caucaia só ter registrado duas denúncias de exploração sexual em todo ano de 2014, lembra Levi Nunes.

“O fenômeno existe, mas os casos nem chegam a ser denunciados, porque se entende que são coisas das famílias, do desenvolvimento chegando. São falas que a gente escuta. Percebemos que a exploração sexual existe, os equipamentos de atendimento são insuficientes ou nem existem, mas de alguma forma essa situação não melhora porque a demanda não chega. Se eu não tiver uma denúncia, não vou precisar de uma delegacia especializada”, avalia Nara de Moura, articuladora institucional da Associação da Barraca da Amizade.

Neste dia 18 de maio, Dia de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a Barraca da Amizade, em conjunto com entidades sociais locais, apresenta um mapeamento do sistema de garantia de direitos dos três municípios da região metropolitana de Fortaleza. Embora vizinhas, as cidades apresentam realidades distintas. Enquanto Caucaia tem uma rede de atendimento relativamente implementada, São Gonçalo do Amarante ainda precisa consolidar estrutura. E esse trabalho também passa pelo reconhecimento do problema.

O mapeamento é a primeira de três atividades de um projeto da Barraca da Amizade – patrocinado pela Petrobras. Depois dessa primeira etapa, haverá uma formação com as instituições que foram mapeadas nos municípios e a elaboração de um plano de comunicação para estabelecer fluxos de informações entre as entidades em cada cidade.

“Nossa intenção é ser parceiro dos três municípios para fortalecê-los. O mapeamento é uma ferramenta para que possamos ampliar as possibilidades de fortalecimento, mas devem existir outras a serem apontadas pelos demais parceiros. Queremos fortalecer os dois lados: a sociedade civil, para fiscalizar o Poder Público e monitorar as políticas públicas, e o Poder Público, para que ele responda às demandas”, aponta Levi.

Assunto: Filme mostra as diferentes formas de brincar em diversas regiões do país

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 18/05/2015



A pista de tampinhas criada pelos meninos da comunidade de Acupe, no Recôncavo Baiano, as brincadeiras da queixada e do tucunaré das crianças da terra indígena Panará, no Pará, a cantiga da Lagarta Pintada, cantada pelas meninas no litoral de Tatajuba, no Ceará, se juntam aos carrinhos e às tradicionais brincadeiras de bonecas.

O universo lúdico infantil de Norte a Sul do país é tema do documentário Território do Brincar, que tem pré-estreia no dia 20 de maio na Ciranda de Filmes, mostra de cinema com foco na infância e na educação. A estreia oficial será no dia 28 de maio em São Paulo e no Rio de Janeiro e no dia 4 de junho em Porto Alegre, Curitiba, Brasília, Florianópolis, Belo Horizonte, Salvador, João Pessoa e Santos.

O longa-metragem faz parte do Projeto Território do Brincar, uma parceria com o Instituto Alana, que mapeou, entre abril de 2012 e dezembro de 2013, as muitas formas de brincar em comunidades rurais, indígenas, quilombolas, das grandes metrópoles, do sertão e do litoral. Além do filme, a iniciativa conta com exposição itinerante, duas séries infantis para a TV e um livro em produção.

A educadora Renata Meirelles, coordenadora do projeto, conta que uma das propostas é aproximar o adulto do universo infantil. “Quando a gente opta olhar o brincar, a gente opta por trazer o que há de mais belo e potente na infância. Com o filme, a gente quer aproximar as pessoas do que há de mais potente no ser humano e relembrar isso para os adultos”.

Outra ideia do projeto, diz Renata, é mostrar a diversidade do Brasil a partir das crianças. “O que a gente gostaria com esse filme e com o projeto em geral é espelhar a beleza que somos como país e como pessoas. A importância do filme é a escuta da criança para que ela nos espelhe tudo isso”, disse a educadora, que fez o filme em parceria com o marido, o documentarista David Reeks.

Para a coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Simbolismo, Infância e Desenvolvimento, Adriana Friedmann, brincar é essencial na vida de qualquer criança desde que nasce. “Além de ser um fenômeno que é da natureza de qualquer ser humano, é uma das linguagens espontâneas através das quais a criança se expressa, descobre o mundo, as pessoas e os objetos à sua volta, aprende e incorpora valores, e as singularidades das diferentes culturas com as quais se conecta”, disse.

Segundo a pedagoga, a brincadeira tem o potencial de promover o desenvolvimento integral das crianças nos aspectos físico, emocional, social e cognitivo. “No ato de brincar, a criança está absolutamente mergulhada em um espaço sagrado, conectada profundamente com o

presente de forma orgânica, corpo, sensações, emoções e todos seus sentidos participam destes processos. Brincar é a possibilidade de viver a fantasia, a imaginação, imitar o mundo adulto, o mundo animal e a natureza. Brincando as crianças são desafiadas a se superarem, a descobrirem. Brincar é a forma de as crianças fazerem poesia e nos contarem quem são, o que sentem, o que vivem, seus medos, suas preferências, seus potenciais e suas limitações.”

O professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) Lúcio Teles acredita que os pais devem evitar o uso excessivo de brinquedos eletrônicos e joguinhos em *tablets* e celulares. “Hoje, a criança tende a ficar muito em casa, sempre conectada, pode ter problemas de obesidade e se tornar mais arredia, tímida, porque não sabe vivenciar a experiência social da brincadeira. Isso é um desafio [para as famílias]. A internet brasileira é muito poluída com vídeos e informações que não são adequadas para crianças, com mensagens de ódio e racismo. Se a criança não tiver uma boa orientação dos pais, ela tende a ver isso como normal”, destacou o educador.

Uma das saídas apontadas por Adriana Friedmann para o resgate do brincar nos centros urbanos é que a família desperte a memória e a vontade de ensinar e brincar com as crianças as cantigas, histórias e os jogos que aprenderam na sua própria infância. “Um mundo lúdico se abre em cada núcleo familiar. Quando a criança vai para o coletivo, para a escola, os educadores passam a ter esse papel de resgatar brincadeiras tradicionais populares e convidar cada criança a trazer as das suas famílias”, completou.

Assunto: Mapa da Violência faz balanço de mortes por armas de fogo no Brasil, de 1980 a 2012

Fonte: Portal Andi

Data: 18/05/2015



O número de mortos por disparo de armas de fogo no Brasil chegou a 42.416 pessoas em 2012, o equivalente a 116 óbitos por dia, revela a mais nova edição do levantamento “Mapa da violência 2015: mortes matadas por armas de fogo”, de autoria do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz. Nada menos que 40.077 dessas mortes (94,5%) resultaram de homicídios. Tanto o total de vítimas de armas de fogo quanto o número de assassinatos praticados com armas de fogo são os mais altos já registrados no país pelo Mapa da Violência, cuja série histórica começa em 1980 e vai até 2012.



A taxa de mortalidade por armas de fogo no Brasil, indicador que leva em conta o crescimento da população, ficou em 21,9 óbitos para cada 100 mil habitantes, em 2012. Essa taxa é a segunda mais alta já registrada pelo Mapa da Violência, menor apenas que a verificada em 2003, que foi de 22,2 mortes para cada 100 mil habitantes. No caso específico dos homicídios praticados com armas de fogo, a taxa de mortalidade de 2012 (20,7) é a mais elevada desde 1980.

Ao analisar o período de 2004 a 2012, o Mapa da Violência estima que 160.036 vidas foram poupadas, em virtude da política de controle de armas decorrente da aprovação do Estatuto do Desarmamento. Desse total de mortes evitadas, 113.071 foram de jovens, de acordo com a projeção.

O estudo é o terceiro com foco em mortes ocorridas exclusivamente por disparo de armas de fogo. O primeiro foi divulgado em 2005 e o segundo, em 2013, com dados até 2010. A nova versão incorpora dados de 2011 e 2012.

A fonte primária é o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, gerido pela Secretaria de Vigilância em Saúde e baseado nas declarações de óbito expedidas em todo o país. O levantamento registra o local das mortes e características das vítimas, como idade, cor e gênero.

A divulgação do estudo resulta de uma parceria da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), da UNESCO no Brasil (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO).

Os jovens e as armas de fogo: 2012

O estudo revela também que os jovens são as maiores vítimas das mortes por armas de fogo no Brasil. Do total de 42.416 óbitos por disparo de armas de fogo em 2012, 24.882 foram de pessoas na faixa de 15 a 29 anos, o equivalente a 59%. Em termos demográficos, os jovens correspondiam a pouco menos de 27% da população brasileira.

Já a taxa de mortalidade de jovens por armas de fogo atingiu 47,6 para cada 100 mil habitantes, em 2012. Portanto, mais que o dobro da taxa registrada para a população total (21,9). Tanto a taxa quanto o número absoluto de jovens mortos por armas de fogo em 2012 são os mais altos já registrados pelo Mapa da Violência desde 1980.

De acordo com o levantamento, os dados de 2012 interromperam um leve movimento de queda, que havia sido constatado em 2010 e 2011, no número de mortos e nas taxas de mortalidade por disparo de armas de fogo no país, na população em geral e na faixa de 15 a 29 anos.

O aumento das mortes por armas de fogo: 1980-2012

Um balanço de todo o período coberto pela série histórica do Mapa da Violência revela que 880.386 pessoas morreram por disparo de arma de fogo entre 1980 e 2012, no Brasil, sendo que 747.760 foram assassinadas. O total de mortos por armas de fogo, em 1980, foi de 8.710 pessoas, o que significa que houve um aumento de 387% até 2012, quando foram registrados 42.416 óbitos. A população brasileira, nesse mesmo período, cresceu cerca de 61%.

O levantamento destaca que o crescimento das mortes por armas de fogo na população total foi alavancado, de forma quase exclusiva, pelos homicídios, que cresceram 556,6%, enquanto os suicídios com armas de fogo aumentaram 49,8% e as mortes acidentais caíram 26,4%. As mortes por armas de fogo de causalidade indeterminada, isto é, sem especificação (suicídio, homicídio ou acidente) tiveram uma significativa queda (-31,7%), evidenciando melhoria nos mecanismos de registro das informações.

Entre os jovens, o panorama foi mais drástico ainda: o crescimento de 463,6% no número de vítimas de armas de fogo explica-se de forma exclusiva pelo aumento de 655,5% dos jovens assassinados, enquanto acidentes, suicídios e indeterminados caíram ao longo do período (-23,2%; -2,7% e -24,4% respectivamente).

Dados por região e estados

A nova edição do “Mapa da violência 2015: mortes matadas por armas de fogo” apresenta dados por região, estado, capitais e municípios, revelando situações distintas dentro do país.

Enquanto o número de mortos por armas de fogo no Brasil, em números absolutos, aumentou 11,7%, de 2002 a 2012, a região Sudeste teve queda de 39,8% nesse mesmo período, puxada pelos estados de São Paulo (-58,6%) e Rio de Janeiro (-50,3%). As demais regiões tiveram aumento: +135,7%, no Norte; +89,1%, no Nordeste; +34,6%, no Sul; e +44,9%, no Centro-Oeste.

O estado com maior taxa de mortos por armas de fogo, em 2012, era Alagoas, com 55 óbitos para cada 100 mil habitantes. Roraima era o estado com menor taxa (7,5). De 2002 a 2012, nove estados tiveram redução da taxa de mortes por armas de fogo. São Paulo teve a maior

queda (-62,2%). Outros 17 estados e o Distrito Federal registraram elevação. O Maranhão apresentou o maior aumento (273,2%).

Entre as capitais, Maceió (AL) apresentava a maior taxa de mortalidade por armas de fogo na população total, em 2012 (79,9). Boa Vista (RR) tinha a menor taxa: 7,1. Doze capitais apresentaram redução na taxa, no período de 2002 a 2012. A cidade do Rio de Janeiro foi a que teve a maior queda (-68,3%). São Luis (MA) teve a maior elevação (+316%).

O levantamento também calculou as taxas de mortalidade, na população total, de 1.669 municípios com mais de 20 mil habitantes no país. Para evitar que eventos isolados tenham peso desproporcional nas estatísticas municipais, o Mapa trabalha, para esses municípios, com a média de mortes por armas de fogo dos três últimos anos com dados disponíveis, isto é, 2010, 2011 e 2012.

No caso da população jovem, de 15 a 29 anos, foram considerados apenas os municípios com mais de 15 mil jovens, num total de 555 cidades brasileiras.

O município de Simões Filho (BA) aparece com a maior taxa de mortalidade de armas de fogo no período, tanto na população total quanto entre os jovens. Na população total, Simões Filho teve 130,1 óbitos para cada 100 mil habitantes. Entre os jovens, a taxa atingiu 314,4 óbitos pra cada 100 mil habitantes.

Perfil dos mortos e o Índice de Vitimização Juvenil

A publicação contém também o chamado Índice de Vitimização Juvenil por Armas de Fogo (IVJ-AF). Esse índice analisa a incidência de homicídios na população jovem, comparando os resultados com os da população não jovem. Assim, o estudo revela que, em 2012, em média, morreram proporcionalmente 285% mais jovens que não jovens por assassinato praticado com armas de fogo. Em outras palavras, para cada não jovem assassinado por arma de fogo, quase quatro jovens foram mortos da mesma maneira.

O levantamento mostra a idade das vítimas fatais por disparo de armas de fogo. Em 2012, a mais alta taxa de mortalidade foi verificada entre os jovens de 19 anos, com taxa de 62,9 mortes para cada 100 mil habitantes. A segunda taxa mais alta (62,5) atingiu os jovens de 20 anos.

O Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde registra a raça/cor das vítimas. Em 2012, segundo o estudo, armas de fogo vitimaram 10.632 brancos e 28.946 negros no Brasil, o que representa 11,8 óbitos para cada 100 mil brancos e 28,5 para cada 100 mil negros. Logo, pode-se afirmar que morreram proporcionalmente 142% mais negros que brancos por armas de fogo. O levantamento revela também que, em 2012, 94% das vítimas fatais de disparo de armas de fogo eram do sexo masculino, na população total. Entre os jovens, esse percentual chegava a 95%.

Análise comparativa com outros países

A partir das bases de dados do Sistema de Informações da Organização Mundial da Saúde (OMS), o levantamento comparou as taxas de mortalidade por armas de fogo de 90 países ou territórios. Devido à demora dos países em fornecer dados atualizados à OMS, o estudo utilizou informações de qualquer um dos anos do período 2008-2012 para cada país. O Brasil ficou na 11.a posição, ou seja, com a 11.a taxa mais alta de mortalidade por armas de fogo no

grupo de 90 países: 21,9 óbitos para cada 100 mil habitantes. A Venezuela lidera o ranking com taxa de 55,4 óbitos por armas de fogo. No extremo oposto, a Coreia do Sul, o Japão, Marrocos e Hong Kong aparecem com taxa zero de mortes por armas de fogo.

O Estatuto do Desarmamento e as vidas poupadas

Uma série de pesquisas realizadas no contexto dos debates que precederam o referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições — art. 35 do Estatuto do Desarmamento — colocavam em questão a letalidade das armas no Brasil. Segundo essas pesquisas, uma das formas de ponderar a eficácia dos mecanismos de restrição de armas de fogo é o uso do indicador denominado vidas poupadas. Este consiste na diferença entre o número de mortes esperadas a partir da análise de sua tendência de crescimento, frente às mortes efetivamente ocorridas. Dito de outra maneira, é a comparação entre a quantidade de mortes esperadas e as que realmente aconteceram após alguma medida concreta que possa ter impactado nessa mudança de tendência, no caso, a aprovação do Estatuto do Desarmamento. O indicador vidas poupadas reflete, portanto, o número de mortes que foram evitadas ou incentivadas pela política de controle de armas implantadas com o Estatuto do Desarmamento em cada estado.

A ferramenta possibilitou concluir que a política de controle de armas, em seu primeiro ano de vigência, não só anulou a tendência de crescimento anual dos homicídios de 7,2% pré-existente, mas também originou uma forte queda de 8,2% no número de óbitos registrados em 2003. Devido a isso, é possível sustentar que o impacto da aprovação do Estatuto do Desarmamento foi uma queda de 15,4% no número de mortes por armas de fogo no país.

O novo levantamento estima que 160.036 vidas foram poupadas no período de 2004 a 2012, sendo 31.041 vidas apenas no ano de 2012, em decorrência das políticas de restrição de acesso e desestímulo ao uso de armas de fogo. A maior parte das vidas poupadas foi de jovens de 15 a 29 anos (113.071).

“Pelos dados trabalhados, concluímos que o maior impacto das políticas de controle das armas de fogo foi sua enorme capacidade preventiva dos homicídios juvenis. Os jovens representam 27% da população total, mas essas políticas conseguiram poupar a vida de 113.071 jovens num universo de 160.036, isto, é 70,7% das mortes evitadas foram de jovens”, diz Julio Jacobo.

Assunto: Depoimentos especiais ajudam a combater crime sexual infantil

Fonte: CNJ

Data: 18/05/2015



É possível imaginar uma criança de 12 anos contando, publicamente, uma experiência sexual fruto de sedução ou violência de alguém que tinha como dever cuidar dela? A tomada especial de depoimento de crianças e jovens vítimas de crimes sexuais tem sido um esforço pelo direito à proteção da dignidade dos pequenos cidadãos e evitam impunidade quando se

trata desse tipo de crime. De acordo com dados da Childhood Brasil, o depoimento especial aumenta em quase nove vezes os índices de condenação de autores deste tipo de crime.

“Quando há utilização do depoimento especial, há responsabilização em 65% dos casos. Já no modelo tradicional, menos de 6% dos casos foram responsabilizados”, afirmou Itamar Batista Gonçalves, coordenador da organização, de proteção da infância. Ao menos 15 tribunais estaduais possuem salas especiais para ouvir o testemunho dessas crianças e adolescentes, em concordância com a Recomendação 33 do CNJ, criada para fortalecer essa modalidade nos Tribunais brasileiros.

Oitivas especiais vem sendo empregadas há alguns anos na tentativa da Justiça conseguir depoimentos substanciosos e esclarecedores. O esforço faz parte da campanha de mobilização para o enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes, cuja data nacional é lembrada nesta segunda-feira, 18 de maio.

Trabalhando há sete anos nessa área, a supervisora do Serviço de Assessoramento aos Juízos Criminais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Michelle Tusi, diz que o método ajuda a elucidar os fatos pois elas estão mais tranquilas para rememorar e contar detalhes. “Uma audiência é uma experiência tensa, e crianças normalmente tendem a querer agradar os adultos. Quando perguntadas várias vezes sobre um determinado tema, entram em contradição e o depoimento fica prejudicado. Sem contar que elas não têm maturidade emocional para dizer ao juiz que não sabem aquela resposta, ou que já responderam àquela pergunta”, explica.

O juiz-corregedor do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), Fábio Vieira Heerdt, pondera que o depoimento especial não tem foco na condenação, mas em um depoimento mais qualificado e humanizado. “É tão bom para absolver como para condenar. As condenações aumentaram porque nesse método a criança tem muito mais liberdade e confiança para falar detalhes que revelam a real situação do caso. Ela se encoraja”, diz o magistrado, ferrenho defensor da técnica.



Para Heerdt, o depoimento especial ganhou um importante reforço quando o CNJ elaborou a Recomendação 33, mas ainda é preciso reduzir o tempo entre o suposto crime e a responsabilização do agressor. “Muitas vezes, o crime já aconteceu há muito tempo e a criança ou esqueceu ou prefere não mais falar sobre o assunto”, explica.

Denúncias - Não há dados oficiais unificados sobre o número de crianças vítimas de violência no País. O Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, recebe cerca de 100 mil denúncias anuais de casos de violência, maus tratos e exploração infantil em todo o País.

Para o presidente da Comissão de Acesso à Justiça do CNJ, Emmanoel Campelo, essa é uma das ações fundamentais do Judiciário em prol dos direitos humanos. “As oitivas especiais evitam a revitimização de uma criança ou adolescente que já passou por uma ou várias experiências, no mínimo, traumatizantes. Infelizmente, ainda muitas crianças estão expostas ao constrangimento de uma audiência pública”, afirma.

No processo tradicional de depoimento pode haver mais de 7 interrogatórios diferentes com agentes do Conselho Tutelar; polícia, médicos, advogados, etc. As perguntas, avaliam os especialistas, podem não só induzir ao erro, como intimidar a criança. Quando a criança é de uma família de poucos recursos, o trâmite também pode ser inviável do ponto de vista econômico (pais precisam de dispensa no trabalho para acompanhar o jovem; a locomoção não é gratuita; a criança perde dias de aula).

No depoimento especial, psicólogos conversam inicialmente com a criança em uma sala para um estudo psicossocial. A simplicidade é fundamental para não tirar a concentração da criança que está ali para depor. A vítima é incentivada a rememorar o fato, sem ser interrompida. As eventuais perguntas do juiz, promotor ou advogado são repassadas por telefone ao técnico, para que este formule da melhor forma possível a questão para a criança.

Em 2012, o CNJ firmou o Termo de Cooperação com a Childhood Brasil para incentivar a tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes desta natureza. A parceria vai até 2017 e prevê cursos de capacitação para os servidores dos tribunais. Desde que o termo foi assinado, quase 3 mil pessoas passaram pela capacitação.

Assunto: Campanhas de mobilização contra a exploração sexual no Grande Recife

Fonte: Portal NE10 PE

Data: 18/05/2015



Operações da Polícia Federal visam a coibir pedofilia na internet

Dados da Polícia Federal apontam que a cada 8 minutos uma criança é violentada no Brasil. Para lutar contra este índice alarmante, diversos órgãos fazem campanha de mobilização nesta segunda-feira (18), Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

O chefe de

comunicação da Polícia Federal em Pernambuco, Giovani Santoro, ministra palestra sobre pedofilia na internet na Faculdade FAMA, no bairro da Madalena, Zona Oeste do Recife, das 10h30 às 11h30. O objetivo é orientar sobre a identificação de sinais de ataques através do comportamento das crianças e adolescentes, vigilância no acesso à internet e segurança sobre divulgação de informação nas redes.

A atividade foi realizada, no ano passado, em 65 locais, alcançando mais de 9 mil pessoas, - entre pais, filhos, alunos e professores -, em escolas públicas e privadas, faculdades, clubes, associações, empresas e igrejas. Interessados nas palestras podem solicitar através do telefone (81) 2137.4076, de segunda a sexta, das 8h às 14h.

No Cabo de Santo Agostinho, Grande Recife, uma caminhada parte às 14h da Praça do Jacaré, no Centro do município, com destino ao Pátio da Estação Ferroviária. O calendário da cidade para a mobilização ainda inclui panfletagem e palestras em escolas.

Em Paulista, também na região metropolitana, haverá duas ações. A primeira é no Terminal Integrado Pelópidas Silveira, no Centro do município, a partir das 7h30, onde haverá uma panfletagem educativa. A segunda, às 18h30, será uma palestra na Escola Municipal Conego Costa Carvalho, em Maranguape I, envolvendo alunos, professores, pais e moradores do bairro.

Segundo a PF, o Brasil está no 4º lugar no consumo de pedofilia no mundo, o que corresponde a 76%. Destes, 99% são homens entre 25 e 35 anos de idade. Entre 2013 e 2014, 500 pedófilos foram presos pela PF no Brasil. Os estados com maiores índices de denúncias são Brasília, Espírito Santo e Rondônia.

Em Pernambuco, 76 inquéritos policiais foram instaurados e 11 operações contra a pedofilia foram deflagradas entre 2013 e 2014. Sete pessoas foram presas em flagrante e em 24 cidades foi detectado registro de pornografia infantil. Pelo menos 21 suspeitos continuam sendo investigados. Em 2015, duas operações foram deflagradas: a Cyberfox e a Alcateia Cibernética, em que foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão e um suspeito foi autuado em flagrante.

RODOVIAS - A Polícia Rodoviária Federal (PRF) realiza ação na BR-101, no Cabo de Santo Agostinho. Profissionais irão abordar ônibus e caminhões, com o intuito de verificar se há ocorrência de tráfico de crianças e adolescentes para exploração sexual. Além da fiscalização, os policiais orientam sobre como identificar e denunciar crimes desta natureza. O ônibus do projeto Cinema Rodoviário, adaptado para a realização de palestras e exibição de vídeos educativos, será utilizado para repassar informações a motoristas e passageiros.



PRF realiza ação nas rodovias federais para prevenção da exploração sexual infantil

Desde 2003, a PRF realiza a tarefa de mapear locais mais vulneráveis à exploração nas rodovias federais. O último levantamento apontou 1.969 pontos vulneráveis no País, como locais de descanso de motoristas, presença prostituição, ausência de segurança, falta de iluminação pública, dentre outros.

Deste total, foram identificadas vítimas em 448 pontos, que eram 69% meninas, 22% transgêneros e 9% meninos. Além disso, em 428 pontos foram encontradas vítimas originárias de outra localidade, que também poderiam estar em situação de tráfico de pessoas. Segundo a polícia, nos últimos 10 anos, o projeto Mapear contribuiu para retirar mais de 4 mil crianças e adolescentes de situações de risco no Brasil.

Motoristas que trafegarem por Suape até as 14h desta segunda encontrarão a blitz educativa Cidadania na Pista, que além do Movimento Maio Amarelo (em prol da redução de acidentes de trânsito), abordará a campanha de Combate à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. A ação, da Concessionária Rota do Atlântico, também oferece serviços gratuitos de saúde, como aferição de pressão arterial e teste de glicose, além de massagem laboral.

SINAIS - Quando crianças ou adolescentes são vítimas de violência, costumam ficar retraídas, isoladas e arredias. Também podem apresentar queda no rendimento escolar e dificuldade na aprendizagem. Em casos de agressores na instituição de ensino, ficam sem querer ir às aulas. Já quando a violência ocorre em casa, a criança não quer ficar perto do parente. As vítimas também podem apresentar hematomas pelo corpo e dificuldades para se

relacionar com homens, principais agressores. Denúncias podem ser feitas pelos números 100, (81) 3421-9595 e 190 (Polícia Militar). O anonimato é garantido.

HISTÓRIA - O estupro e assassinato da menina Araceli, de 8 anos, no Espírito Santo em 18 de maio de 1973, foi o que motivou a criação da data de combate, por meio da Lei Federal nº. 9.970/2000. O corpo da criança foi encontrado seis dias depois dos crimes, e os agressores nunca foram punidos. A campanha da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República tem como lema "Faça bonito. Proteja nossas crianças e adolescentes".

Assunto: Nem todo pedófilo é um abusador sexual

Fonte: Childhood

Data: 18/05/2015



Ilustração de Michele Iacocca para a cartilha Navegar com Segurança da Childhood Brasil

Com o aumento da divulgação de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, no Brasil ou no exterior, a mídia tem usado indiscriminadamente o termo “pedófilo” ao se referir a um abusador sexual.

“Embora devamos entender que todos eles estão cometendo uma violência e uma violação de direitos contra uma criança ou um adolescente, a ausência dessa distinção prejudica uma compreensão mais objetiva do fenômeno, ao mesmo tempo em que simplifica as análises e as políticas de intervenção ao incluir, em um mesmo grupo, indivíduos com motivações e características psíquicas bem diferentes”, afirmam os pesquisadores Renata Coimbra Libório e Bernardo Monteiro de Castro, ambos psicólogos, em seu artigo *Exploradores Sexuais, Pedofilia e Sexualidade: Reflexões para o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*, publicado em 2010.

Nem todo pedófilo é abusador. E nem todo abusador sexual é um pedófilo. Entenda, a seguir, as diferentes categorias de agressores:

Pedófilo: Para a Psiquiatria, o pedófilo é um indivíduo que apresenta um transtorno sexual caracterizado por fantasias sexuais excessivas e repetitivas envolvendo crianças. Tem, portanto, uma parafilia – definida, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV), como a recorrência de impulsos sexuais muito intensos e por fantasias e comportamentos não-convencionais de caráter compulsivo. “A motivação que está por trás da busca pelos corpos infantis é o desejo sexual que o pedófilo nutre pela criança per se e o prazer obtido por meio dela. Dificilmente um pedófilo sente atração sexual por uma pessoa adulta”, escrevem os pesquisadores Renata e Bernardo no artigo. Segundo o psiquiatra francês Patrice Dunaigre, especialista em pedofilia citado no texto, os pedófilos provavelmente não tiveram um desenvolvimento psicosexual satisfatório. Revelam uma sexualidade imatura e pouco elaborada, o que os leva a temer a aproximação com parceiros adultos, já que esses podem resistir às suas investidas afetivo-sexuais. Por serem sexualmente

inibidos, escolhem como parceiros as crianças (são mais vulneráveis e com menor capacidade de resistência), com as quais se identificam.

Ainda conforme o artigo, o pedófilo não consegue estabelecer um controle racional ou objetivo diante de sua demanda erótica. Por isso, pode se tornar um abusador. E, se evita o contato com uma criança ou um adolescente, é provável que busque imagens de pessoas naquela faixa etária ou textos que correspondam a suas fantasias para se satisfazer.

Abusador: Longe do estereótipo de “monstro”, atribuído muitas vezes pela mídia, o abusador geralmente não apresenta comportamento condenável social ou legalmente. Pode pertencer a qualquer classe social e, na maioria dos casos, está próximo da criança e conta com a confiança dela. Aproveita-se da relação assimétrica de poder que mantém com a vítima. “O abuso do poder para fins de gratificação e satisfação sexual pode acontecer através de mecanismos de chantagem, ameaça ou violência explícita, mas pode configurar-se também por meio de um jogo emocional onde os desejos e conflitos não são explícitos e a vítima torna-se refém da trama de seus sentimentos”, afirma a psicóloga Maria Aparecida Martins Abreu em sua dissertação de mestrado *Trágica Trama: o abuso sexual infantil representado no filme Má Educação* (2005).

Conforme a publicação *Reconstrução de Vidas* (2008), do Centro de Referência às Vítimas de Violência, do Instituto Sedes Sapientiae, o agressor sabe que seus atos abusivos são errados, ilegais e prejudiciais à criança, mas mesmo assim os mantém. “O abuso não provoca uma experiência primária de prazer, e sim alívio de tensão. A excitação e a gratificação sexual levam à dependência psicológica e à negação dessa realidade”, diz o texto. Ainda de acordo com a obra, nas famílias onde ocorrem práticas abusivas, há com frequência a presença de condições que favorecem esse tipo de interação, como fronteiras frágeis entre as gerações; estrutura familiar simbiótica, rígida ou caótica e vínculos disfuncionais que superprotegem ou excluem um ou outro de seus membros.